CLI Sul S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Trimestre Findo em
30 de Setembro de 2026 e
Relatório de Revisão do Auditor
Independente sobre a Revisão das
Informações Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Diretores da
CLI Sul S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, da CLI Sul S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e com a IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de novembro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

68943

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

CLI SUL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota	30/09/2026	31/12/2025
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	433.765	599.384
Contas a receber de clientes	4	10.368	5.487
Estoques	5	6.304	5.188
Tributos a recuperar	7	24.500	23.245
Partes relacionadas	6	920	2.536
Outros créditos		7.182	4.113
Total do Ativo Circulante		483.039	639.953
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	76.542	85.641
Estoques	5	6.681	6.636
Ativo indenizatório		31.421	34.658
Depósitos judiciais	16	1.470	1.780
Imobilizado	9	777.344	612.340
Direito de uso	8	161.068	167.646
Intangível	10	828.916	890.088
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.883.442	1.798.789
TOTAL ATIVO		2.366.481	2.438.742

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/09/2026	31/12/2025
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	11.1	27.496	28.757
Debêntures	15	182.502	83.905
Obrigações trabalhistas		22.437	22.272
Obrigações tributárias	13	7.741	13.105
Passivo de arrendamento	12	27.334	29.478
Partes relacionadas	6	35.977	207.192
Dividendos a pagar	17	-	10.904
Outras contas a pagar	11.2	19.470	12.736
Total do Passivo Circulante		322.957	408.349
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	15	1.208.978	1.185.933
Passivo de arrendamento	12	160.215	158.669
Provisão para riscos	16	33.523	36.325
Obrigações trabalhistas		380	380
Total do Passivo Não Circulante		1.403.096	1.381.307
Total do Passivo Circulante e Não Circulante		1.726.053	1.789.656
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
Capital Social		360.228	360.228
Reserva de capital		234.957	234.957
Reservas de Lucros		53.901	53.901
Prejuízos acumulados		(8.658)	-
Total do Patrimônio Líquido		640.428	649.086
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.366.481	2.438.742

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CLI SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	213.326	494.717	167.586	477.510
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	21	(71.324)	(208.295)	(76.655)	(198.096)
LUCRO BRUTO		142.002	286.422	90.931	279.414
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	21	(29.266)	(73.682)	(26.075)	(76.559)
Outras despesas operacionais	21	(25.374)	(75.878)	(28.813)	(77.496)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		87.362	136.862	36.043	125.359
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras	22	12.162	35.230	18.932	40.067
Despesas Financeiras	22	(62.123)	(169.117)	(61.426)	(171.520)
Variações cambiais, líquidas	22	(11)	(2.533)	(776)	(3.168)
Resultado financeiro líquido		(49.972)	(136.420)	(43.270)	(134.621)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		37.390	442	(7.227)	(9.262)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO	14	(17.594)	(9.100)	3.129	1.957
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		19.796	(8.658)	(4.098)	(7.305)
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO POR AÇÃO	18	0,04	(0,02)	(0,01)	(0,01)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CLI SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Em milhares de reais - R$)

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	19.796	(8.658)	(4.098)	(7.305)
Lucro (prejuízo) abrangente do período	19.796	(8.658)	(4.098)	(7.305)
TOTAL	19.796	(8.658)	(4.098)	(7.305)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CLI SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Em milhares de reais - R$)

	Atribuído à participação dos controladores					
		Reservas de capital	Reserva de lucros			
	Capital social	Transações entre acionistas	Reserva Legal	Reservas de lucros	Resultados acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	490.228	234.957	4.560	14.333	-	744.078
Prejuízo do período	-	-	-	-	(7.305)	(7.305)
Redução de capital social	(130.000)	-	-	-	-	(130.000)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025	360.228	234.957	4.560	14.333	(7.305)	606.773
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	360.228	234.957	6.856	47.045	-	649.086
Prejuízo do período	-	-	-	-	(8.658)	(8.658)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2026	360.228	234.957	6.856	47.045	(8.658)	640.428

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CLI SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		442	(9.262)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	8, 9, 10 e 12	122.543	127.535
Provisão de demandas judiciais	21	3.143	1.138
Reversão para perdas com créditos de liquidação duvidosa e estoques	21	(3.408)	(383)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	22	157.241	173.441
Outros		207	-
		280.168	292.469
REDUÇÃO/(AUMENTO) EM ATIVOS			
Contas a receber de clientes		(7.296)	10.477
Estoques		2.129	(10)
Partes relacionadas, liquidas		(9.604)	10.347
Impostos a recuperar		(433)	(5.297)
Depósitos judiciais e ativos indenizatórios		(2.398)	(163)
Outras contas a receber		(3.069)	(1.443)
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM PASSIVOS			
Fornecedores		(3.439)	67
Obrigações trabalhistas		165	1.315
Obrigações tributárias		(4.897)	1.938
Outros passivos, líquidos		6.734	12.886
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		258.060	322.586
Imposto de renda e contribuição social pagos		(472)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		257.588	322.586
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Adições ao imobilizado e intangível	04, 09 e 10	(189.788)	(111.475)
Mútuos entre partes relacionadas	6	-	78.325
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(189.788)	(33.150)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Captação de novos empréstimos	15	-	272.217
Pagamento de juros de debêntures	15	(33.399)	-
Amortização de principal de arrendamento	12	(8.418)	(7.874)
Pagamento de juros de arrendamento	12	(20.152)	(20.377)
Mútuos entre partes relacionadas	6	(160.546)	-
Redução de Capital	17	-	(130.000)
Dividendos pagos		(10.904)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(233.419)	95.564
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(165.619)	385.000
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		599.384	154.497
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		433.765	539.497
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(165.619)	385.000

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CLI SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2026
(Em milhares de reais - R$)

	01/01/2026 a 30/09/2026	01/01/2025 a 30/09/2025
Receitas:	534.197	523.534
Receita de contrato com cliente	533.376	522.549
Outras receitas	703	1.385
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – Constituição/Reversão	118	(400)
Insumos adquiridos de terceiros:	(120.708)	(112.294)
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(68.746)	(62.635)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(51.962)	(49.659)
Valor adicionado bruto	413.489	411.240
Depreciações e amortizações	(122.543)	(127.535)
Valor adicionado produzido pela Entidade	290.946	283.705
Valor adicionado recebido em transferência	51.324	58.547
Receitas financeiras	51.324	58.547
Valor adicionado total a distribuir	342.270	342.252
Distribuição do valor adicionado	342.270	342.252
Pessoal e encargos sociais:	83.151	83.272
Remuneração direta	67.272	69.747
Benefícios	10.779	9.295
FGTS	5.100	4.230
Impostos, taxas e contribuições:	64.551	59.471
Federais	36.570	30.872
Estaduais	1.320	419
Municipais	26.661	28.180
Remuneração de capitais de terceiros:	203.226	206.814
Despesas financeiras	186.218	190.971
Aluguéis	17.008	15.843
Remuneração de capitais próprios:	(8.658)	(7.305)
Prejuízo retido no período	(8.658)	(7.305)
Participação dos acionista não controladores	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias

1. INFORMAÇÕES DA COMPANHIA

1.1. Contexto operacional

A CLI Sul S.A. ("Companhia" ou "CLI Sul") é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de agosto de 2021.

A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante a prestação de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de "commodities agrícolas", oferecendo uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

A Companhia opera apenas no segmento de terminais de transbordo e exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos, São Paulo, sendo esse o único segmento do negócio.

Concessão do Terminal portuário

A Companhia detém a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos, com prazo até março de 2036.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão de terminais portuários. Como não há controle substancial sobre quem recebe o serviço nem sobre a definição de preço, a interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito dos pronunciamentos técnicos CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos e CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado.

Os contratos de concessão podem ser extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária. Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam ao poder concedente (União) todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.

- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União, tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito a avaliações técnicas e financeiras por parte da União.

Ambiente macroeconômico e geopolítico

A Administração acompanha os desdobramentos do conflito no Oriente Médio, iniciado no final de fevereiro de 2026, que têm resultado em restrições e no aumento do risco de navegação no Estreito de Ormuz. Esse cenário tem refletido na volatilidade dos preços de energia, na elevação dos custos de frete e seguros internacionais, com potenciais reflexos indiretos em cadeias globais de suprimentos e no custo de insumos relacionados às atividades da Companhia.

Considerando a natureza de suas operações (prestação de serviços logísticos e de elevação portuária no porto de Santos/SP), a Administração avaliou os possíveis impactos desse cenário e, até a data de autorização para emissão destas informações financeiras intermediárias, não identificou efeitos diretos materiais sobre sua posição patrimonial e financeira, desempenho operacional ou fluxos de caixa, tampouco eventos que demandem ajustes aos saldos contábeis em 30 de setembro de 2026.

Na elaboração destas informações financeiras intermediárias, a Administração considerou esse cenário em seus julgamentos e estimativas contábeis, em especial na avaliação de indicativos de redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo (CPC 01 (R1)), na recuperabilidade dos tributos diferidos ativos (CPC 32) e na mensuração das perdas de crédito esperadas (CPC 48). Com base nessa avaliação, não foram identificados efeitos sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho operacional ou os fluxos de caixa da Companhia em 30 de setembro de 2026.

Considerando que a duração e a extensão do conflito permanecem incertas, a Administração seguirá monitorando sua evolução, em especial quanto ao escoamento de grãos para a região. Eventuais alterações nas premissas serão refletidas prospectivamente nas estimativas contábeis, conforme o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Mudança de acionistas

A transação decorrente do contrato de compra e venda de ações celebrado em 2 de junho de 2026 ("Contrato") entre, de um lado, PE SOPP Fundo de Investimento em Participações II Multiestratégia Investimento no Exterior ("PE SOPP FIP") e SOPP Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("SOPP Infra FIP"), ambos fundos de investimento geridos pela IG4 Capital S.A. ("IG4 Capital"), e Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("MIP V Fund" e, em conjunto com PE SOPP FIP e SOPP Infra FIP, os "Acionistas CLI"), fundo de investimento gerido pela Macquarie Asset Management, e, de outro lado, ADP Brazil Ports Holdco S.A. ("Compradora"), subsidiária da AD Ports Group PJSC ("AD Ports Group"), tendo a CLI S.A (controladora da Companhia) e Abu Dhabi Ports Company PJSC como partes anuentes, (i) teve todas as suas condições precedentes devidamente cumpridas, incluindo a obtenção das aprovações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ; e (ii) foi devidamente concluída e fechada pelas respectivas partes em 1º de outubro de 2026.

Como resultado da conclusão da transação referida no item 1 acima, os Acionistas CLI S.A. transferiram, em caráter definitivo, à Compradora a totalidade das ações preferenciais de emissão da CLI de sua titularidade, representativas de 100% (cem por cento) do capital social total da CLI. Considerando que a CLI detém 80% (oitenta por cento) das ações de emissão da Companhia, a conclusão da Operação resultou, igualmente, na alteração do controle indireto da Companhia, que passou a ser de titularidade da Compradora.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Adicionalmente, as informações seguem o CPC21 (R1) - Demonstração Intermediária, aprovado pela CVM Deliberação nº 673, de 20 de outubro de 2011, e estão em conformidade com a IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB"). As informações financeiras da Companhia, portanto, estão também em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - "International Financial Reporting Standards" ("IFRS").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia.

2.2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As informações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras intermediárias é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalente à norma internacional IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no pronunciamento técnico CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente à norma internacional IAS 2) ou valor em uso no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à norma internacional IAS 36).

O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas na troca de ativos.

A preparação das informações financeiras individuais, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Vide nota explicativa nº 2.4 para maiores detalhes.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de seguir operando no futuro previsível e concluiu que ela pode manter suas operações e sistemas em funcionamento normalmente. Dessa forma, não há conhecimento de qualquer incerteza material que possa levantar dúvidas substanciais sobre sua continuidade, e assim as demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais (“R$”), moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, gera e consome recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração exerça julgamentos, utilize estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, e são continuamente revisados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas esse exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

Abaixo são apresentadas as principais áreas que envolvem estimativas, de modo a proporcionar um melhor entendimento sobre como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, incluindo as variáveis e premissas utilizadas em cada uma:

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia calcula e reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

b) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa o saldo dos ativos, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia calcula o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do pronunciamento técnico CPC 48 (equivalente à norma internacional IFRS 9) - Instrumentos financeiros.

d) Provisão para custos portuários

Outras contas a pagar incluem provisões operacionais e são decorrentes de custos portuários (navegação), provisão para “demurrage”, estadia e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

A seguir apresenta-se os principais custos portuários incorridos pela Companhia:

- Provisão para “demurrage”: Quando o tempo de operação e espera do navio ultrapassa o tempo acordado em contrato de afretamento existirá o custo a ser repassado na cadeia logística.

- Provisão para estadia: Estadia rodoviária paga para os veículos que levaram mais de 24h desde a sua chegada no pátio regulador até sua efetiva descarga na moega. Cada contrato possui parâmetros próprios para ressarcimento de custos de estadia.

- "Laytime" (Estadia de navio): Para alguns contratos da Companhia, o terminal Elevações Portuárias possui a responsabilidade quanto ao "laytime" (estadia) dos navios dos clientes. Portanto, incorre em valor a pagar pelo Terminal ao Embarcador, que posteriormente paga ao afretador que por fim repassa para o Armador no caso de custo. Para os casos de prêmio é seguido o caminho inverso.

e) Provisão para riscos

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem parte em processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 16. São constituídas provisões para perdas relacionadas a processos judiciais sempre que a Administração avalia que a perda é provável e pode ser estimada com grau razoável de segurança, em conformidade com as práticas contábeis vigentes. A avaliação da probabilidade de perda e da mensuração das provisões considera, entre outros fatores, as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência aplicável, as decisões mais recentes proferidas pelos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões e avaliações técnicas emitidas por assessores jurídicos externos.

A Administração considera que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras intermediárias.

f) Passivo de arrendamento

A mensuração do passivo de arrendamento é efetuada de acordo com o CPC06 (R2) - Arrendamentos, com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento. A estimativa da taxa incremental sobre empréstimos é elaborada utilizando, sempre que disponíveis, dados observáveis de mercado, como taxas de juros praticadas em operações de financiamento com prazos e características similares. Adicionalmente, a estimativa considera aspectos específicos da Companhia, incluindo, entre outros fatores, o perfil e o "rating" de crédito, de forma a refletir as condições mais representativas que seriam aplicáveis a uma captação de recursos para a aquisição de um ativo de valor e prazo equivalentes ao do contrato de arrendamento, na data de início do contrato.

2.5. Sumário das principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias têm como objetivo proporcionar uma melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicada.

As políticas e práticas contábeis adotadas são consistentes com aquelas utilizadas e divulgadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais, referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2025, não havendo modificações entre os períodos de elaboração.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição de caixa e equivalente de caixa

	30/09/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	43.933	43.152
Aplicações financeiras	389.832	556.232
Total de caixa e equivalentes de caixa	433.765	599.384

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, e compromissada, com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 99,58% do CDI em 30 de setembro de 2026 (96,68% do CDI em 31 de dezembro 2025).

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	30/09/2026	31/12/2025
Clientes nacionais	2.366	2.956
Clientes estrangeiros	9.029	3.676
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(1.027)	(1.145)
Total	10.368	5.487

A composição das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	30/09/2026	31/12/2025
Créditos a vencer	9.528	3.706
Vencidas:	-	
Créditos vencidos até 60 dias	844	1.640
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	-	146
Créditos vencidos acima de 361 dias	1.023	1.140
Total	11.395	6.632

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, caso em que são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Porém a Companhia não possui um histórico significativo de inadimplência. Valores apresentados na provisão para perdas de crédito são referentes a processos administrativos por cancelamentos de notas fiscais em órgãos públicos.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, houve movimentação na provisão para perda do valor recuperável para R$1.027 (R$1.145 em 31 de dezembro de 2025).

5. ESTOQUES

	30/09/2026	31/12/2025
Peças e acessórios	10.429	7.127
Combustíveis e lubrificantes	848	687
Almoxarifado e outros	1.708	4.010
Total	12.985	11.824
Circulante	6.304	5.188
Não circulante	6.681	6.636

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R$2.388 em 30 de setembro de 2026 (R$5.678 em 31 de dezembro de 2025). No período, houve reversão de provisão de R$3.290, sem novas adições.

6. PARTES RELACIONADAS

	30/09/2026	31/12/2025
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes:		
Rumo S.A. (i)	920	2.536
Total Ativo circulante	920	2.536
Passivo circulante		
Fornecedores:		
Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (ii)	4.474	167.409
Rumo S.A. (iii)	30.128	29.277
Raízen S.A. (iv)	214	9.445
Outros	1.161	1.061
Total Passivo circulante	35.977	207.192

(i) Os saldos de contas a receber, classificados no ativo circulante, no montante de R$920, composto por reembolsos de gastos incorridos pela Companhia por conta e ordem da Rumo. (Em 2025, R$468 relativos a reembolsos de gastos e por R$2.068 referentes a recebíveis de performance).

(ii) O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, se referem à rateios corporativos de serviços compartilhados com a Corredor Logística e Infraestrutura S.A. no montante de R$4.474. Em 2025, a Companhia celebrou contrato de mútuo com sua controladora, Corredor Logística e Infraestrutura S.A., no montante de R$160.000, com vencimento em 2 de janeiro de 2026 e taxa de juros de CDI + 1.25%. O mútuo foi integralmente liquidado na data prevista.

(iii) O saldo de contas a pagar à Rumo S.A., classificado no passivo circulante em 30 de setembro de 2026, refere-se, principalmente, a saldos de "demurrage" no montante de R$18.520 (R$18.211 em 31 de dezembro de 2025), valores a serem reembolsados à Rumo S.A. de R$11.132, sendo que R$10.824 está descrito na nota explicativa nº 7 e outros saldos a pagar de R$476.

(iv) O saldo de contas a pagar, classificado no passivo circulante, de R$214 em 30 de setembro de 2026, refere-se a prêmios de performance a pagar, no montante de R$2.782 (R$28.279 em 31 de dezembro de 2025), compensados com saldos a receber por serviços de elevação, no montante de R$2.568 (R$18.834 em 31 de dezembro de 2025).

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato, os quais são negociados em condições normais de mercado. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro.

Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Transações com partes relacionadas

	30/09/2026	30/09/2025
Receita operacional líquida:		
Raízen Energia S.A. e controladas (i)	71.668	51.053
Rumo S.A. (iii)	-	388
Outros	-	849
	71.668	52.290
Compras de produtos/insumos e despesas de operação:		
Logispot Armazéns Gerais S.A. (ii)	(10.708)	(9.234)

	30/09/2026	30/09/2025
Rumo S.A. (iii)	(6.931)	(1.711)
Outros	-	(127)
	(17.639)	(11.072)
Despesa compartilhada:		
Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (iv)	(9.448)	(12.150)
	(9.448)	(12.150)

(i) Refere-se a prestação de serviços para a Raízen Energia e a Raízen S.A. de armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado (empresas grupo Rumo).

(ii) Refere-se a locação de espaço para armazenagem no período findo em 30 de setembro de 2026 e 2025 junto à Logispot Armazéns Gerais S.A., de acordo com o contrato celebrado entre as partes (empresa grupo Rumo).

(iii) Refere-se a prestação de serviço no período findo em 30 de setembro de 2026 e 2025 junto à Rumo S.A. e à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato celebrado entre as partes (empresa grupo Rumo).

(iv) Refere-se a reembolsos de serviços compartilhados no período findo em 30 de setembro de 2026 e 2025, junto à Corredor Logística e Infraestrutura S.A., no montante de R$9.448, sendo que R$2.809 (R$7.881 em 30 de setembro de 2025) se refere à rateios corporativos de serviços compartilhados e R$6.639 (R$4.269 em 30 de setembro de 2025) à remuneração da administração, conforme o contrato celebrado entre as partes.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

São compostos como segue:

	30/09/2026	31/12/2025
PIS	1.080	1.432
COFINS	6.313	6.479
IRPJ/CSLL (1)	16.710	14.937
Previdenciário	397	397
Total	24.500	23.245

(1) Em 2018, a Companhia entrou com ação liminar contra a decisão da Receita Federal do Brasil, que proibiu a compensação de débitos oriundos de imposto de renda e à contribuição social por estimativa. Em 2023, essa liminar foi derrubada, resultando no pagamento de R$12.850 realizado pela Companhia em 2023, sendo que R$10.824 poderá ser compensado ou restituído no futuro. O montante pago foi integralmente desembolsado pela Rumo S.A., visto que referido montante refere-se a época de sua gestão e, uma vez que a Companhia compense ou restitua, deverá devolvê-lo. Ante o exposto, a Companhia mantém as informações divulgadas na nota explicativa nº 6.

8. DIREITO DE USO

	30/09/2026	31/12/2025
Concessão:		
CLI Sul S.A.	159.405	165.932
Outros	1.663	1.714
Total	161.068	167.646

Movimentação do direito de uso

	Vida útil em anos	31/12/2025	Adição	Remensuração (NE nº 12)	Amortização	Baixa	30/09/2026
Concessão portuária - Santos	14	165.932	-	6.012	(12.539)	-	159.405
Outros	2	1.714	3.128	-	(1.145)	(2.034)	1.663
Total do ativo		167.646	3.128	6.012	(13.684)	(2.034)	161.068

	Vida útil em anos	31/12/2024	Adição	Remensuração (NE nº 12)	Amortização	31/12/2025
Concessão portuária - Santos	14	173.302	-	8.755	(16.125)	165.932
Outros	2	-	4.155	52	(2.493)	1.714
Total do ativo		173.302	4.155	8.807	(18.618)	167.646

9. IMOBILIZADO

	30/09/2026	31/12/2025
Terrenos, edifícios e benfeitorias	200.247	172.392
Máquinas, equipamentos e instalações	450.163	283.744
Obras em andamento	125.450	154.680
Móveis e utensílios	1.484	1.524
	777.344	612.340

Movimentação do ativo imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	189.285	1.028	6.813	306.116	503.242
Adições	-	855	142.669	20.449	163.973
Depreciação no exercício	(16.893)	(359)	-	(42.821)	(60.073)
Transferências	-	-	5.198	-	5.198
Saldo em 31 de dezembro de 2025	172.392	1.524	154.680	283.744	612.340
Adições (i)	25.042	14	62.973	123.019	211.048
Depreciação no período	(18.729)	(61)	-	(25.578)	(44.368)
Transferências	21.542	7	(92.203)	68.978	(1.676)
Saldo em 30 de setembro de 2026	200.247	1.484	125.450	450.163	777.344

(i) Em 30 de setembro de 2026, o saldo de obras em andamento inclui R$1.765 (R$18.139 em 31 de dezembro de 2025), referente à adiantamentos à fornecedores vinculados ao plano de modernização das operações do Porto de Santos, iniciado em 2025 e com conclusão prevista para 2029. Conforme previstos nos contratos firmados entre as partes, os adiantamentos compensados com os valores a pagar ao mesmo fornecedor, e o saldo é apresentado líquido por contraparte. Quando os valores a pagar excedem os adiantamentos, o saldo líquido é apresentado na rubrica de fornecedores (nota explicativa nº 11).

Nos nove meses findos em 30 de setembro de 2026, foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R$20.219 (R$14.107 no mesmo período de 2025), que estão classificados como obras em andamento. Para determinar o montante passível de capitalização, foi utilizada a taxa média ponderada de 9,14% no período.

As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos (bens não reversíveis) para o período corrente é a seguinte:

	Vida útil
Móveis e utensílios	10 - 15 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 - 15 anos
Edifícios e benfeitorias	20 - 25 anos

Em 30 de setembro de 2026, a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

10. INTANGÍVEL

	30/09/2026	31/12/2025
Licença de operação	814.052	876.217
Outros	14.864	13.871
	828.916	890.088

Licença de operação

Refere-se ao valor pago a título de outorga no contrato de concessão.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de Amortização %
Licença de operação - Santos (custo)	3,70%
Licença de operação - Santos (mais valia)	7,53%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

Movimentação do ativo intangível

	Licença de operação	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	963.502	19.038	982.540
Adição	-	2.789	2.789
Amortização do exercício	(87.285)	(2.758)	(90.043)
Transferência para imobilizado	-	(5.198)	(5.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	876.217	13.871	890.088
Adição do período	-	1.137	1.137
Amortização do período	(62.165)	(1.820)	(63.985)
Transferências do imobilizado	-	1.676	1.676
Saldo em 30 de setembro de 2026	814.052	14.864	828.916

Em 30 de setembro de 2026 a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

11. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

11.1. Fornecedores

	30/09/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais	25.128	16.719
Fornecedores estrangeiros	-	10.813
Outros	2.368	1.225
Total fornecedores	27.496	28.757

11.2. Outras contas a pagar

	30/09/2026	31/12/2025
Provisão de estadia (nota explicativa nº 2.5 (d))	8.302	4.671
Provisões diversas	3.046	4.093
Adiantamento de clientes	7.866	3.720
Outras contas a pagar	256	252
Total outras contas a pagar	19.470	12.736

12. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia determinou sua taxa de desconto com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia à época da transação. A taxa obtida foi de 15,13% a.a. A movimentação de saldos de passivo de arrendamento a pagar é apresentada no quadro abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	185.075
Adição	4.155
Apropriação de juros	26.972
Pagamento de principal	(10.564)
Pagamento de juros	(26.972)
Remensuração anual	8.807
Outros	674
Saldo em 31 de dezembro de 2025	188.147
Adição	3.128
Apropriação de juros	20.152
Pagamento de principal	(8.418)
Pagamento de juros	(20.152)
Remensuração anual	6.012
Baixa / Reversão de contrato	(1.860)
Outros	540
Saldo em 30 de setembro de 2026	187.549
Circulante	27.334
Não circulante	160.215
	187.549

A seguir, é demonstrado o fluxo de pagamento por vencimento para os passivos de arrendamento:

Maturidade dos contratos Vencimento das prestações	
2026	9.372
2027	36.603
2028	35.328
2029 até o término do contrato	254.297
Valor não descontado	335.600
Juros embutido	(148.051)
Saldo em 30 de setembro de 2026	187.549

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos, não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

	30/09/2026	
Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	335.600	187.549
PIS/COFINS potencial (9,25%)	31.043	17.348

Outras divulgações

Em atendimento às orientações das áreas técnicas da CVM, constantes no Ofício-Circular CVM SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia apresenta, a seguir, os impactos da mensuração e remensuração dos ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamento caso a inflação projetada fosse considerada nos fluxos de pagamento. Para isso, foi utilizada a projeção média ponderada do IPCA de 6,05% a.a., obtida nas curvas divulgadas pela B3 em 30 de setembro de 2026 e aplicada ao prazo remanescente dos contratos. Os fluxos foram descontados pela taxa nominal ponderada de 15,13% a.a., conforme demonstrado no quadro a seguir.

A projeção de inflação utilizada nesta nota explicativa difere da adotada na análise de sensibilidade (nota explicativa nº 20), que considera o IPCA projetado para os próximos 12 meses.

	30/09/2026
Passivo de arrendamento	
Contábil - pronunciamento técnico CPC 06 R2 (IFRS 16)	187.549
Fluxo com projeção de inflação	198.893
Variação	11.344
Direito de uso	
Contábil - pronunciamento técnico CPC 06 R2 (IFRS 16)	161.068
Fluxo com projeção de inflação	170.810
Variação	9.742
Despesa financeira	
Contábil - pronunciamento técnico CPC 06 R2 (IFRS 16)	(20.152)
Fluxo com projeção de inflação	(21.371)
Variação	(1.219)
Despesa de amortização	
Contábil - pronunciamento técnico CPC 06 R2 (IFRS 16)	(13.684)
Fluxo com projeção de inflação	(14.512)
Variação	(828)

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	30/09/2026	31/12/2025
IRPJ/CSLL	27	486
ICMS	2.531	2.372
PIS e COFINS	651	5.029
ISS	3.330	3.450
Outros impostos a recolher	1.202	1.768
Obrigações tributárias	7.741	13.105

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1. Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes sobre o resultado antes desses tributos, com os respectivos montantes reconhecidos no resultado, é demonstrada a seguir:

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	37.390	442	(7.227)	(9.262)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal combinada (34%)	(12.713)	(150)	2.457	3.149
Amortização mais valia não dedutível	(1.728)	(5.185)	(1.901)	(5.282)
Reversão de reembolsos de partes relacionadas	-	-	-	2.244
Outras diferenças permanentes, líquidas	(3.153)	(3.765)	2.573	1.8464
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(17.594)	(9.100)	3.129	1.957
Imposto de renda e da contribuição social no resultado:				
IRPJ/CSLL Diferido	(17.594)	(9.100)	3.129	1.957
Total	(17.594)	(9.100)	3.129	1.957

14.2. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis. As alíquotas desses impostos definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos correspondem a 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	30/09/2026	31/12/2025
Diferenças temporárias:		
Provisão para participação nos resultados	2.098	3.191
Provisão para estoques obsoletos e crédito de liquidação duvidosa	1.161	2.320
Provisões de “demurrage”, estadias e outras provisões	11.004	12.451
Passivo de arrendamento	13.582	11.913
Amortização mais-valia antes da incorporação	28.884	31.196
Prejuízos fiscais e base negativa	19.813	24.570
Tributos diferidos - Ativos	76.542	85.641
Imposto de renda ativo diferido, líquido	76.542	85.641

O cronograma esperado para realização do imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa é como segue:

	30/09/2026	31/12/2025
Ano:		
2026	4.159	8.916
2027	12.144	12.144
2028	3.510	3.510
	19.813	24.570

A Companhia avalia a realização dos ativos fiscais diferidos ao final de cada período de apresentação das demonstrações financeiras, registrando os impostos diferidos ativos na medida em que seja provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros.

Os lucros tributáveis futuros são derivados dos planos de negócios, devidamente aprovados pelos órgãos de administração da Companhia, realizados em bases nominais, observando o período máximo de 10 anos (inferior ao período remanescente da concessão), utilizando como premissas informações históricas e fontes de mercado, ajustados pela expectativa de realização das diferenças temporárias ativos e passivos, e considerando a estimativa de despesa com imposto de renda nos anos vindouros, às alíquotas vigentes, não considerando qualquer desconto ao valor presente.

A Administração realiza, anualmente, a revisão das estimativas relacionadas à recuperabilidade dos créditos. Em 31 de dezembro de 2025, data da última revisão, foram analisados os cenários de estresse envolvendo reduções relevantes em receitas e aumentos nas taxas de juros. Com base nessas análises, a Administração estima que os créditos recuperados em prazo inferior a 10 anos.

15. DEBÊNTURES

	Taxa de juros (%)	30/09/2026	31/12/2025
	CDI + 3,20% (a) IPCA + 6,608% (b)		
Debênture (a)/(b)/(c)	IPCA + 8,5536% (c)	1.427.998	1.310.016
Custo de transação		(36.518)	(40.178)
Total		1.391.480	1.269.838
Circulante		182.502	83.905
Não circulante		1.208.978	1.185.933
		1.391.480	1.269.838

A movimentação das debêntures, está demonstrada a seguir:

	30/09/2026	31/12/2025
Saldo inicial	1.269.838	998.501
Captação (i)	-	272.217
Juros Incorridos	151.381	193.802
Custos apropriados	3.660	4.661
Pagamento de principal	-	(40.000)
Pagamento de juros	(33.399)	(159.343)
Saldo final	1.391.480	1.269.838

(i) No primeiro trimestre de 2025, a Companhia realizou captação no montante de R$300.000, incorrendo em custos de captação no montante de R$27.783.

Os vencimentos das debêntures registradas no passivo não circulante em 30 de setembro de 2026, são como segue:

	30/09/2026
Ano:	
2027	102.781
2028	111.120
2029	157.120
2030 a 2035	837.957
Saldo final	1.208.978

a) Emissão de debêntures

Em outubro de 2022, a CLI Sul S.A. realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R$800.000, totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital de Elevações Portuárias S.A ("EPSA"). A emissão trata-se de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem cláusula de repactuação, a ser convolada na espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 800 mil debêntures, com valor nominal unitário de R$1.

As debêntures e sua remuneração serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização de principal e juros, sendo a primeira parcela tendo sido liquidada em outubro de 2023 e a última será liquida em outubro de 2031.

As obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos relacionados às debentures, foram, inicialmente, garantidas pelas ações da EPSA detidas pela Companhia equivalentes a 52% do capital social, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da EPSA oriundos de contrato de prestação de serviços.

Em 30 de abril de 2024, foi concluído o processo de reorganização societária da Companhia, resultando na incorporação da EPSA pela CLI. Assim, para garantir todas as obrigações fiduciárias, a garantia fiduciária passou a recair sobre as ações de titularidade da Controladora - Corredor Logística e Infraestrutura S.A. ("CLI Norte") detidas no capital social da CLI Sul. Não houve alteração quanto a cessão fiduciária de direitos creditórios.

b) 2ª Emissão de debêntures em 2023

Em outubro de 2023, a extinta EPSA emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, que perfizeram o montante de R$196.000. Os créditos imobiliários provenientes das debêntures, integram o lastro dos certificados e recebíveis imobiliários ("CRI"), os quais foram ofertados por meio de distribuição pública. As debêntures serão amortizadas em três parcelas iguais e anuais a partir de 2031 e pagamento de juros semestrais. A garantia fidejussória foi outorgada pelas fiadoras CLI Norte (Controladora) e CLI Sul.

Após incorporação da EPSA pela CLI Sul, a Companhia passou a ser integralmente responsável por toda e qualquer obrigação, dever e direito da EPSA decorrentes da emissão. Na mesma oportunidade, excluiu-se a CLI Sul como fiadora da emissão.

c) 3ª Emissão de debêntures em 2025

Em fevereiro de 2025, a CLI Sul S.A. realizou a 3ª emissão de debêntures simples, no valor total de R$300.000, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas em série única.

As debêntures emitidas preveem pagamentos fixos de remuneração em 21 parcelas semestrais e consecutivas, contadas a partir da data de emissão, com vencimento nos meses de fevereiro e agosto de cada ano. O primeiro pagamento foi realizado em agosto de 2025 e o último será em agosto de 2035.

A amortização do valor nominal unitário das debêntures será realizada em 7 parcelas anuais, sendo a primeira amortização em 15 de agosto de 2029 e finalizando-se na data de vencimento das debêntures, em 15 de agosto de 2035.

A controladora, CLI Norte, é garantidora fidejussória.

d) Cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

As debêntures estão sujeitas as mesmas condições restritivas, que contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, atrelados a liquidez corrente, solvência e cobertura de juros ("covenants" financeiros), conforme segue:

- Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50, a ser apurado anualmente.
- Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") consolidado mínimo de 1,20, a ser apurado semestralmente.

Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores ("covenants" financeiros) sejam mensurados anualmente ou semestralmente, foram adequadamente atendidas em 30 de setembro de 2026.

Além dos "covenants" financeiros, os contratos de empréstimo contêm cláusulas de "covenants" não financeiros, usuais do mercado, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos "covenants" financeiros, sendo que não há nenhum descumprimento que enseje vencimento antecipado dos contratos de empréstimo da Companhia.

16. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada, resultante de eventos passados. É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, seja por meio de pagamento ou outra forma de resolução da obrigação. O montante da obrigação foi estimado de forma segura, com base nas melhores informações disponíveis, considerando a natureza da despesa e as circunstâncias do evento que originou a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade das demandas judiciais leva em consideração as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência relevante, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de assessores jurídicos externos.

As provisões são revisadas e ajustadas conforme as circunstâncias evoluem, incluindo, mas não se limitando, de acordo com o prazo de prescrição, as conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais, identificação de exposições adicionais, que podem surgir de novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em relação aos processos judiciais originados de combinações de negócios, as provisões são estimadas a valor justo da data-base da aquisição, conforme as diretrizes aplicáveis.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou provisões para demandas judiciais em relação a processos em curso, conforme descrito a seguir:

Provisão para demandas judiciais

	30/09/2026	31/12/2025
Tributárias	1.965	1.965
Cíveis, regulatórias e ambientais	24.392	25.324
Trabalhistas	7.166	9.036
Total	33.523	36.325

Depósitos judiciais

	30/09/2026	31/12/2025
Tributárias	295	295
Cíveis, regulatórias e ambientais	316	630
Trabalhistas	859	855
Total	1.470	1.780

Movimentação das provisões para demandas judiciais

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.511	31.581	16.041	51.133
Adição de provisão	1.965	-	1.934	3.899
Pagamento e reversão de provisão	(3.511)	(6.460)	(10.318)	(20.289)
Atualização monetária	-	203	1.379	1.582
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.965	25.324	9.036	36.325
Adição de provisão	-	545	4.101	4.646
Pagamento e reversão de provisão	-	(1.542)	(6.217)	(7.759)
Atualização monetária	-	65	246	311
Saldo em 30 de setembro de 2026	1.965	24.392	7.166	33.523

Os processos jurídicos com fatos geradores anteriores a aquisição da extinta EPSA (novembro de 2022) pela Companhia, tem o direito de ser indenizada pelos antigos controladores. Com isso, adições ou reversões referentes a esses períodos são registradas contra ativo indenizatório, não impactando o resultado do período e o fluxo de caixa da Companhia. No período findo em 30 de setembro de 2026, o montante de R$3.237 (R$15.373 em 31 de dezembro de 2025) foi revertido contra ativo indenizatório.

Perdas possíveis

	30/09/2026	31/12/2025
Tributárias	33.982	26.606
Cíveis, regulatórias e ambientais	45.929	59.133
Trabalhistas	12.846	16.897
Total	92.757	102.636

Os principais processos classificados como possíveis estão destacados abaixo:

Tributárias: Disputas judiciais envolvendo, principalmente, a cobrança de ISS lavradas pela prefeitura municipal onde a Companhia possui operação.

Cíveis, regulatórias e ambientais: O montante de R$45.929 refere-se a autuações aplicadas por órgãos ambientais federais com alegações de possíveis descumprimentos de normas e regulamentos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R$490.228, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 543.750.625 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 435.000.500 ações ordinárias de titularidade da Corredor Logística e Infraestrutura S.A., representando 80% de ações de emissão da companhia; e 108.750.125 ações ordinárias de titularidade da Rumo, representando 20% das ações de emissão da Companhia.

Em 28 de janeiro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), e após recomendação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada na mesma data, foi confirmada a eficácia da redução de capital da Companhia, conforme deliberação em AGE de 25 de outubro de 2024, posteriormente rerratificada na AGE de 27 de dezembro de 2024.

O valor da redução de capital foi de R$130.000, cujo desembolso ocorreu em 30 de janeiro de 2025, sendo: (i) R$104.000 destinados ao acionista controlador, CLI Norte; (ii) R$26.000 destinados aos acionistas minoritários. Após a operação, mantiveram-se as proporções de participação acionária existentes anteriormente à redução de capital.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R$360.228, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 543.750.625 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas nas mesmas proporções anteriores à redução de capital.

17.2. Reserva de Capital e lucros

17.2.1. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente, por meio de destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem como objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

No exercício findo em 2025, foi constituído a reserva no montante de R$2.296.

17.2.2. Reserva de retenção lucros

Os lucros remanescentes após as destinações estatutárias (dividendos e reserva legal) são apresentados nesta reserva. Após recomendação do Conselho de Administração da Companhia, foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária a constituição de reserva de retenção de lucros no montante de R$32.712.

17.2.3. Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios são determinados pela Assembleia Geral com base na proposta da Administração, assegurando a distribuição mínima não inferior, a cada exercício, a 25% do lucro líquido ajustado, na forma prevista pela Lei das S.A. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas.

Referente ao exercício de 2025, o Conselho de Administração recomendou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de R$10.904 aos seus acionistas, tendo sido aprovado em Assembleia Geral Ordinária. O montante foi pago em 11 de junho de 2026.

17.2.4. Transações entre acionistas

Conforme interpretação técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 09 (R2) (ICPC), negociações subsequentes entre acionistas, sem perda de controle pela controladora, devem ser registradas como transações entre acionistas no patrimônio líquido da Companhia.

Decorrente da troca de ações realizadas em 2024, onde a Rumo S.A. passou a ser acionista da Companhia e a consequente versão do acervo líquido da extinta EPSA no processo de incorporação, a Companhia registrou o montante de R$234.957 como transações entre acionistas.

18. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no durante o período.

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	19.796	(8.658)	(4.098)	(7.305)
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo de resultado básico por ação (milhares)	543.751	543.751	543.751	543.751
Resultado básico por ação - R$ ação	0,04	(0,02)	(0,01)	(0,01)

Não há ações ou instrumentos patrimoniais que gerem potenciais efeito de diluição no lucro para os períodos findos em 30 de setembro de 2026 e de 2025.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No curso de seus negócios, a Companhia gerencia ativamente os riscos de crédito, liquidez e de mercado, portanto, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Classificação por categoria	Nível	30/09/2026	
			Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	-	433.765	433.765
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	10.368	10.368
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	920	920
Outros créditos	Custo amortizado	-	7.182	7.182
Total			452.235	452.235
Passivos financeiros				
Debêntures	Custo amortizado	-	1.391.480	1.441.602
Fornecedores	Custo amortizado	-	27.496	27.496
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	187.549	187.549
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	35.977	35.977
Outras contas a pagar	Custo amortizado	-	19.470	19.470
Total			1.661.972	1.712.094

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), descontado a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento do título, o qual é obtido a partir da curva de juros de mercado em reais. Para as aplicações financeiras (equivalente de caixa), os quais os juros são pós-fixados, o valor justo aproxima-se do custo amortizado. A Companhia não possui títulos com juros pré-fixados.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são classificados da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos.
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco de mercado (que abrange risco cambial, risco de volatilidade no preço das ações, e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Abaixo, apresenta-se a natureza e a extensão de cada um dos riscos mencionados, detalhando os procedimentos adotados pela Companhia para mitigá-los e gerenciá-los adequadamente.

19.1. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia a leva em consideração o nível de risco de crédito que está disposta a assumir no curso de seus negócios. Para mitigar riscos, a Companhia adota procedimentos voltados para a diversificação da sua carteira de recebíveis, a seletividade na escolha de seus clientes, bem como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e a definição de limites individuais de posição.

Esses procedimentos têm como objetivo minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu saldo a receber de clientes, promovendo maior segurança e controle sobre a exposição a riscos de crédito.

19.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, a Companhia estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, que são monitoradas constantemente pela área de tesouraria.

19.3. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros, que podem resultar em aumento das despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, bem como ao passivo junto ao poder concedente.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Administração se baseou nas taxas divulgadas pela B3 para a realização da análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros. Como estimativa de cenário mais provável, a Administração considerou as taxas futuras divulgadas pelo mercado para os próximos 12 meses do CDI e IPCA. Adicionalmente, foram estimados cenários alternativos, com valorização adicional de 25% e 50% nas taxas do cenário provável, respectivamente para os cenários II e III, para os próximos 12 meses.

			30/09/2026			
	Risco	Taxa provável	Exposição	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
Aplicações financeiras	CDI	13,54%	389.832	52.783	65.979	79.175
Ativos financeiros			389.832	52.783	65.979	79.175
Passivo de arrendamentos	IPCA	4,30%	187.549	8.065	10.081	12.097
Debêntures	IPCA	4,30%	524.623	22.559	28.198	33.838
Debêntures	CDI	13,54%	866.857	117.372	146.716	176.059
Passivos financeiros			1.579.029	147.996	184.995	221.994
Exposição líquida/ impacto no resultado			(1.189.197)	(95.213)	(119.016)	(142.819)

b) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a incorrer	Valor contábil em 30/09/2026
Fornecedores	27.496	-	-	27.496	-	27.496
Debêntures	354.252	254.886	1.525.014	2.134.152	(742.672)	1.391.480
Passivo de arrendamento	9.372	36.603	289.625	335.600	(148.051)	187.549
Partes relacionadas	35.977	-	-	35.977	-	35.977
Outras contas a pagar	19.470	-	-	19.470	-	19.470
Passivos financeiros	446.567	291.489	1.814.639	2.552.695	(890.723)	1.661.972

c) Risco com taxa de câmbio

Em 30 de setembro de 2026, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos aos efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio, registrados no balanço patrimonial, são demonstrados no quadro a seguir:

	30/09/2026
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	25.152
Clientes estrangeiros	9.029
Total	34.181

A seguir, são demonstrados os ganhos que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício findo em 30 de setembro de 2026, de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora			
Taxa R$/US$	5,1444	5,2500	6,4305	7,7166
Ativos em dólar	Exposição US$ mil	Cenário provável	Cenário I apreciação 25%	Cenário II Apreciação 50%
Caixa e equivalentes de caixa	4,889	515	6.287	12.575
Clientes estrangeiros	1,755	185	2.257	4.514
	6,644	700	8.544	17.089

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 30 de setembro de 2026 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio, R$5,2500 /US$1,00. Os cenários I e II consideram um aumento do dólar norte-americano de 25% (R$6,4305/US$1,00) e de 50% (R$7,7166 /US$1,00), respectivamente.

A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (pronunciamento técnico CPC 40).

20. RECEITA OPERACIONAL

A Companhia reconhece receita, conforme segue:

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Mercado interno	99.661	201.230	71.592	212.172
Mercado externo	128.158	332.146	111.657	310.378
Total de receita bruta	227.819	533.376	183.249	522.550
Impostos sobre vendas	(14.493)	(38.659)	(15.663)	(45.040)
Total de receita líquida	213.326	494.717	167.586	477.510

21. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Material de uso e consumo	(5.578)	(24.227)	(6.288)	(19.556)
Pessoal e benefícios	(32.698)	(91.726)	(41.455)	(94.786)
Serviços de terceiros	(14.047)	(41.920)	(14.834)	(38.781)
Elevação portuária	(21.131)	(48.050)	(17.281)	(44.880)
Gastos com rateios corporativos	(40)	(281)	(252)	(666)
Gastos com manutenção periódica	(6.560)	(22.156)	(5.290)	(22.437)
Reversão (Adição) de provisões para crédito de liquidação duvidosa e estoques	(3.206)	(77)	(383)	(26)
Provisão/pagamento para contingências	(15)	(3.143)	(725)	(1.138)
Depreciação e amortização	(41.672)	(122.543)	(44.390)	(127.535)
Outras receitas (despesas)	(1.017)	(3.732)	(645)	(2.346)
	(125.964)	(357.855)	(131.543)	(352.151)
Custos dos serviços prestados	(71.324)	(208.295)	(76.655)	(198.096)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(29.266)	(73.682)	(26.075)	(76.559)
Outras despesas, líquidas	(25.374)	(75.878)	(28.813)	(77.496)
Total	(125.964)	(357.855)	(131.543)	(352.151)

22. RESULTADO FINANCEIRO

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Receita sobre aplicação financeira	11.887	34.408	17.949	38.820
Outras receitas financeiras	275	822	983	1.247
Total das receitas financeiras	12.162	35.230	18.932	40.067
Juros sobre debêntures obtidas	(43.816)	(134.822)	(54.546)	(150.246)
Juros apropriados com arrendamento	(6.927)	(20.152)	(6.687)	(20.377)
Juros sobre tributos	(5)	(5)	(15)	(15)
Outras despesas financeiras	(11.375)	(14.138)	(178)	(882)
Total das despesas financeiras	(62.123)	(169.117)	(61.426)	(171.520)
Variação cambial, líquida	(11)	(2.533)	(776)	(3.168)
Total Resultado Financeiro	(49.972)	(136.420)	(43.270)	(134.621)

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

Durante o período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

	30/09/2026	30/09/2025
Outras transações que não envolveram caixa:		
Aquisição de imobilizado a prazo (fornecedores)	2.178	-
Transferência de intangível para imobilizado	1.676	2.414
Juros capitalizados	20.219	-
Adição de direito de uso e passivo de arrendamento	3.128	4.155
Remensuração do direito de uso e passivo de arrendamento	6.012	8.756
Baixa de direito de uso e passivo de arrendamento	(3.894)	-

24. EVENTO SUBSEQUENTE

Pagamento de principal e juros das debêntures

Em 13 de outubro de 2026, a Companhia efetuou a amortização da parcela anual das debêntures, no montante total de R$182.564, englobando principal e de juros.

Alteração do controle acionário

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 1º de outubro de 2026 foi concluída a operação de venda da totalidade das ações emitidas da Companhia, à ADP Brazil Ports Holdco S.A., subsidiária do AD Ports Group.

Como resultado da conclusão da transação, os Acionistas CLI S.A. transferiram, em caráter definitivo, a totalidade das ações preferenciais de emissão da CLI, representativas de 100% do seu capital social. Como a CLI detém 80% das ações de emissão da Companhia, a operação resultou na alteração do controle indireto da Companhia, que passou a ser exercido pela Compradora. A composição acionária da Companhia não foi alterada, conforme nota explicativa nº17.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para publicação em 9 de novembro de 2026.